EXPRESSÃO UNIVERSITÁRIA

Ano 4 Número 37 Maio/Junho.2013

Uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

www.sinsepes.org.br

MÊS DO TRABALHO, DE COMEMORAÇÃO E DE LUTA

Maio foi marcado por manifestações que reivindicam melhorias na educação e saúde e condenam a homofobia. Durante o mês, a FURB realizou evento para celebrar os 49 anos de fundação. Já o SINSEPES convidou servidores filiados para uma confraternização no Dia do Trabalhador

Páginas 4, 7 e 14

Da esquerda para a direita: estudantes protestam por melhorias na educação pública; FURB comemora 49 anos; mães vão à Câmara de Vereadores pedir mudanças no atendimento hospitalar; SINSEPES promove feijoada em comemoração ao Dia do Trabalhador e 4ª Marcha Nacional contra a Homofobia acontece em Brasília.

Fotos: Divulgação/UBE, Rogério Pires/CCM/FURB, Denner William/Agência Câmarablu, Luiz Mafra/SINSEPES e Antonio Cruz/Agência Brasil

+ DIREITO DE GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO + 45 ANOS DOS PROTESTOS DE 1968 + SINE ANALISA ABERTURA DE VAGAS + FISCALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NO VALE + SAÚDE DO TRABALHADOR

UNIMED, FURB e os planos de saúde não regulamentados

A Constituição Federal (artigos 196 a 200) estabelece no seu texto que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." Com a criação do SUS implantou-se um dos maiores sistemas de saúde do mundo e o único a se propor universal em um país com mais de 100 milhões de habitantes. Muito bem concebido em seus princípios ainda é um modelo a ser completado gradativamente, mas mal gerenciado infelizmente. A própria Constituição Federal em seu art. 199 permite a atuação da iniciativa privada de forma complementar dando preferência às instituições sem fins lucrativos. Não há como falar ainda de saúde sem falar de doença, o que inverte o foco principal da questão em uma rede complexa de interesses, que vão desde a indústria de medicamentos até os profissionais prestadores de serviços.

Diante das incertezas sobre atendimento da saúde, a rede complementar sempre foi uma opção bem antes da própria criação do SUS e da atual Constituição em vigor. Nem sempre a opção de se ter um plano de saúde resolve todos os problemas. Responsáveis por boa parte dos processos que correm na Justiça, os planos de saúde continuam entre os serviços que mais deixam os clientes insatisfeitos. Em relatório do Procon paulista divulgado em 2011, operadoras de assistência médica e odontológica aparecem entre as empresas com maior número de reclamações. Negativa de cobertura ou dificuldade para marcação de consultas, exames e cirurgias, cancelamentos efetuados no momento da realização do procedimento, descredenciamento de estabelecimentos e de profissionais estão entre as principais queixas registradas.

A FURB mantém com a Unimed um vínculo com a oferta de planos de saúde há décadas. A maioria dos servidores e seus dependentes, mais de mil, é beneficiária com a cooperativa no contrato nº 026.0010, classificado como não regulamentado. Com a criação da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) deu-se o início da regulamentação do setor privado de saúde pela Lei nº 9.656/98. As operadoras assim foram obrigadas a oferecer aos seus usuários coberturas mínimas de atendimento e passaram a precificar seus produtos atuarialmente. Isso limpou do mercado várias operadoras sem condições mínimas de funcionamento. A Unimed de Blumenau é um bom plano. Possui, de acordo com as estatísticas da própria ANS, um índice de reclamações de cerca de um terço abaixo da média das organizações de mesmo porte, apresentando também um IDSS (Índice de Desempenho das Operadoras) de 0,7877 (2011) de uma escala crescente de qualidade de 0 a 1, avaliação que inclui aspectos como: atenção à saúde, equilíbrio econômico-financeiro, estrutura e operação e satisfação dos beneficiários.

Com a criação da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), deu-se o início da regulamentação do setor privado de saúde pela Lei nº 9.656/98. As operadoras assim foram obrigadas a oferecer aos seus usuários coberturas mínimas de atendimento e passaram a precificar seus produtos atuarialmente. Os planos de saúde criados após a Lei nº 9.656/98 já devem conter em seus contratos as exigências mínimas determinadas pela lei e os planos anteriores não podem mais ser comercializados, sendo considerados planos em extinção. A ANS tem divulgado, anualmente, os índices máximos de reajuste que podem ser aplicados aos planos novos (criados após a Lei 9.656/98), baseados nas variações inflacionárias do período. Uma prática sem grandes contestações, já que esses planos, na formação inicial de preços, tiveram bases atuariais mais consistentes. A mesma lei citada também determinou que a ANS apenas autorizasse a comercialização dos contratos denominados "regulamentados", os contratos firmados anteriormente não perderam sua eficácia, ou seja, continuam plenamente válidos dentro do contexto do nosso ordenamento jurídico. O Supremo Tribunal Federal decidiu que não se aplica aos contratos antigos a Lei nº 9.656/98.

Os planos de saúde criados após a Lei nº 9.656/98 já devem conter em seus contratos as exigências mínimas determinadas pela lei e os planos anteriores não podem mais ser comercializados, sendo considerados planos em extinção. A ANS tem divulgado, anualmente, os índices máximos de reajuste que podem ser aplicados aos planos novos (criados após a Lei 9.656/98), baseados nas variações inflacionárias do período. Uma prática sem grandes contestações, já que esses planos, na formação inicial de preços, tiveram bases atuariais mais consistentes.

A mesma lei citada também determinou que a ANS apenas autorizasse a comercialização dos contratos denominados "regulamentados", os contratos firmados anteriormente não perderam sua eficácia, ou seja, continuam plenamente válidos dentro do contexto do nosso ordenamento jurídico. O próprio Supremo Tribunal Federal, em 21 de agosto de 2003, através de medida liminar concedida nos autos de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN N°1931-8/DF) impetrada pela Confederação Nacional da Saúde-Hospitais, Estabelecimentos e Serviços - CNS, decidiu que não se aplica aos contratos antigos a Lei nº 9.656/98. Pelo teor da decisão, o Supremo Tribunal Federal entendeu não ser possível submeter os planos antigos (i) à autorização prévia da ANS para reajuste e revisões de preço, (ii) à proibição de reajustes para clientes com mais de 60 anos (com, pelo menos, 10 anos de plano), (iii) à proibição de rompimento unilateral dos contratos, (iv) à proibição de limites de internação. Decisão essa que deixou à mercê da evolução não só as garantias da regulação aos beneficiários mas também por outro lado deixou inerte vantagens que alguns contratos antigos tinham de bom.

A pressão pela migração e adap-

DIRETORIA SINSEPES | 2011/2014
Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); ***Vice-presidente:*** Luiz Donizete Mafra (DAC), ***Secretária geral:*** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), ***1ª Secretária:*** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), ***Tesoureiro:*** Valcir de Amorim (DAF), ***1º Tesoureiro:*** Leandro Junkes (Biotério Central), ***Diretor de Imprensa e Comunicação:*** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), ***Diretora de Assuntos Jurídicos:*** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), ***Diretora de Formação e Relação Sindical:*** Nevoni Goretti Damo (CCS), ***Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:*** André Luís Almeida Bastos (CCT)

CONSELHO FISCAL
Efetivos: Edemar Valério Mafra (NRTV), Luiz Heinzen (CCEN), Nazareno Loffi Schmoeller (CCSA)
Suplentes: Selésio Rodrigues (DAC), Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)

Jornalista responsável: Kunimund Krönke Jr. (04086 JP-DRT/SC).
Diagramação e edição: Kunimund Krönke Jr.
Projeto gráfico: Leo Laps.

Tiragem: 3.000 cópias. ***Gráfica:*** Grafinorte S/A (Apucarana, PR).

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do Sinsepes (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da Furb - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br

tação ao plano regulamentado pela Unimed de Blumenau já dura vários anos, mas como o grupo não regulamentado era grande até então, a situação tinha sido postergada. Com a edição da Resolução Normativa nº 254 da ANS em 2011, o debate reacendeu a questão quando se estabeleceram as regras para a adaptação e migração dos contratos individuais/familiares e coletivos antigos. Essa resolução pretende, na verdade, incentivar os beneficiários titulares de "planos antigos" a procederem à migração ou à adaptação dos usuários para um "plano regulamentado", para que estes passem também a contar com as regras protetivas do setor, a saber: regras de reajuste; garantia às coberturas mínimas obrigatórias listadas no rol de procedimentos e eventos em saúde; portabilidade de carências (em momento posterior); limitação do reajuste anual por variação de custo para os planos individuais ao percentual divulgado e autorizado pela ANS; adequação das faixas etárias ao Estatuto do Idoso etc. O procedimento de adaptação é realizado por meio de um termo aditivo contratual a ser celebrado entre as partes (usuário e plano de saúde) e a migração é feita mediante a celebração de um novo plano de saúde dentro da mesma operadora, garantindo-se ao usuário os direitos previstos na resolução em análise. Obviamente, os procedimentos de adaptação e migração gerarão novos custos para o beneficiário, tendo em vista as vantagens advindas de tais operações. Para a adaptação, a operadora deverá apresentar proposta de reajuste ao beneficiário, demonstrando o ajuste do valor a ser pago relativo à ampliação das coberturas. Nos termos da RN, tal ajuste poderá ser até o limite máximo de 20,59%, opção esta não apresentada pela Unimed apenas a migração.

Vejamos algumas considerações de ordem técnica em relação a esses contratos antigos não regulamentados e sobre os reajustes:

1) A ANS, que foi criada para "proteger" os usuários, não tinha como lidar com as diversidades de condições dos contratos antigos que estão em vigor e no máximo estabeleceu a regulação sobre os reajustes máximos nos planos individuais. No caso dos contratos coletivos, vale o que está no contrato original e a ANS não interfere, pois há uma negociação coletiva. Apenas 6 (seis) operadoras assinaram um Termo de Compromisso com a ANS, referente aos reajustes em contratos antigos coletivos que tinham alguma espécie de indefinição. Os reajustes anuais tem ficado em uma média de 8% a 9% nos últimos sete anos.

2) Em Blumenau, segundo as estatísticas da ANS, existiam em dezembro de 2012, 111.314 beneficiários dos quais 17.345 (15,6%) com contratos antigos, e dentro desse grupo 7.585 (43,7%) estão na faixa etária de 50 anos ou mais. Com a proibição da inclusão de novos beneficiários, não existe a renovação da massa de usuários. Em um plano ativo, a movimentação de entradas e saídas de usuários, quando equilibrada, é responsável pela estabilidade entre jovens e idosos, extremamente importante porque os índices de utilização de serviços por pessoas com idade mais elevada é superior ao índice de utilização dos jovens. A sinistralidade medida como déficit anual em 2012 no contrato nº 026.0010 foi de R$ 309.064,60, sem novos entrando, É um plano sob envelhecimento acelerado e constante, com índices de utilização cada vez maiores. Com a migração parcial, alguns beneficiários de baixo impacto tendem a sair do plano antigo, o que piora a situação do grupo que decresce com uma concentração cada vez maior de usuários idosos, e o plano passa a encarecer, ano após ano. Com um reajuste de 15% já praticado esse ano mais os 5% previstos para julho, o déficit desse contrato zerará aos custos de 2012. A situação é injusta, pois se observa apenas o contratado individual e não a totalidade dos contratos mantidos com a FURB. A RN 309 de 2012 estabeleceu regras para reajuste dos planos coletivos com grupos inferiores a 30 beneficiários, de forma que o reajuste seja por um único índice global pelo mix dos contratos independente de sua natureza, o que atualmente não inclui o caso da FURB.

3) O reajuste aplicado este ano aos 5 contratos regulamentados da FURB foi de 15%, ou seja, bem superior a inflação. A Unimed Blumenau é um bom plano, como foi citado segundo as estatísticas comparativas da ANS, mas fica o questionamento se ela é eficiente na gestão da saúde ou apenas repassa seus custos ascendentes. Como cooperativa de médicos, é claro que existe um nível de conflito de interesses quando se questiona a efetividade do atendimento médico e sua resolutividade dos problemas de saúde dos beneficiários.

A FURB mantém com a Unimed um vínculo com a oferta de planos de saúde há décadas. A maioria dos servidores e seus dependentes, mais de mil, é beneficiária com a cooperativa no contrato nº 026.0010, classificado como não regulamentado.

A pressão pela migração e adaptação ao plano regulamentado pela Unimed de Blumenau já dura vários anos, mas como o grupo não regulamentado era grande até então, a situação tinha sido postergada. Com a edição da Resolução Normativa nº 254 da ANS em 2011, o debate reacendeu a questão quando se estabeleceram as regras para a adaptação e migração dos contratos individuais/familiares e coletivos antigos. Essa resolução pretende, na verdade, incentivar os beneficiários titulares de "planos antigos" a procederem à migração ou à adaptação dos usuários para um "plano regulamentado".

4) Foi declarado que a Unimed passa a fomentar a migração pelo repasse dos custos da sinistralidade ou através da demora no atendimento, dificuldade para a resolução de problemas, aumento de burocracias para liberação de exames e procedimentos, entre outros. Quem permanecer no contrato antigo tem direitos perante a lei, não tendo a cobertura de todos os procedimentos previstos nos contatos novos que também encareceram os planos de saúde. Restará sempre o recurso pelo judiciário através de liminar.

5) Nos contratos novos, o sistema prevê prazos mínimos de atendimento, nem sempre efetivados de acordo com a disponibilidade do profissional de saúde. Nesses contratos, no caso da Unimed, está incluída apenas a rede credenciada nacional. Nos contratos antigos, podia-se optar também pelo atendimento em hospitais de referência, incluindo hospitais de alto custo, como o Moinhos de Vento, Mãe de Deus e Sírio Libanês, mediante de pagamento de 15% da despesa. Nos planos novos, essa opção só é possível através da contratação de um plano especial.

6) Aposentados, os que vão se aposentar ou ainda ex-empregados demitidos ou exonerados sem justa causa devem analisar também a RN 279, que regula os contratos novos e os adaptados anteriores a Lei nº 9.656/98, prevendo a permanência no contrato coletivo. Em resumo, existe um prazo mínimo de 10 anos de vínculo empregatício para a mesma condição de beneficiário extensivo aos seus dependentes, desde que assuma o pagamento integral. Se o prazo for inferior a 10 anos, o direito de manutenção é estabelecido à razão de 1 (um) ano para cada ano de contribuição. Para os ex-empregados demitidos ou exonerados sem justa causa, o período de manutenção corresponde a 1/3 (um terço) do tempo de permanência em que tenha contribuído, ou seus sucessores, com um mínimo assegurado de 6 (seis) meses e um máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

O procedimento de adaptação é realizado por meio de um termo aditivo contratual a ser celebrado entre as partes (usuário e plano de saúde) e a migração é feita mediante a celebração de um novo plano de saúde dentro da mesma operadora, garantindo-se ao usuário os direitos previstos na resolução em análise. Obviamente, os procedimentos de adaptação e migração gerarão novos custos para o beneficiário, tendo em vista as vantagens advindas de tais operações.

7) Para os que têm como dependentes os pais, que não estão previstos nos planos coletivos em contratos novos, a proposta da UNIMED na migração prevê a contratação em separado pelo mesmo valor da contribuição atual nas mesmas condições do contrato atual, mais a ampliação dos procedimentos previstos na lei. Nesse caso, há garantia de que os reajustes sejam definidos pela ANS e não mais pela sinistralidade acrescida do reajuste pelo índice de inflação.

Existem preliminarmente quatro escolhas a ponderar:

1) Permanecer no plano antigo e assinar o termo de ciência da decisão;

2) Migrar para um plano regulamentado da Unimed;

3) Mudar para outro plano de saúde e enfrentar as carências, pois a portabilidade não é prevista nos planos coletivos;

4) Desistir do plano de saúde e optar pelo atendimento do SUS.

Cada servidor tem uma situação diferente. Para alguns poucos, o valor da contribuição será reduzida ou ficará agora equivalente, enquanto para outros, o valor sobe e muito. Várias outras questões não econômicas são de interesse geral. Não somos favoráveis à migração, já que os reajustes nessas taxas elevadas já estão sendo feitos, mas entendemos que a situação não é de todo confortável para o futuro, pois é um plano em extinção. Aconselhamos analisar cuidadosamente sua situação presente e projeção futura antes de tomar uma decisão, que é individual na escolha entre permanecer ou não no contrato atual. Pagamos impostos e deveríamos ter sim um atendimento pleno do SUS, o que é uma visão ainda a ser concretizada. O SINSEPES não pode tomar a decisão pelo servidor, mas sim levantar algumas questões para sua orientação e coletar contribuições para o debate e repassar a informação. Seja qual for a opção, a defesa dos interesses dos beneficiários desses contratos deve ser garantida nas negociações coletivas e pelas instâncias da ANS, Procon ou IDEC em caso do não cumprimento da legislação.

Compromisso com a vida, com o respeito ao cidadão e com a saúde pública

Levando em conta a demanda de atendimentos em Blumenau e região, sindicato dos médicos cobra do governo estadual a distribuição proporcional de recursos para hospitais públicos e filantrópicos.

Por **Ronaldo Della Giustina**, *presidente regional do Sindicato Médico do Estado de Santa Catarina (SIMESC) em Blumenau* <rdgiustina@gmail.com>

Acolhemos em Blumenau os doentes da região e de todo o Estado. Procuramos atender o máximo de crianças e gestantes possível, idosos, crônicos descompensados, pacientes cirúrgicos e clínicos de toda ordem. Temos serviços respeitados de atendimento intensivo pediátrico e neonatal no Hospital Santo Antônio, assim como vários serviços de referência nos hospitais locais. Nosso pessoal é qualificado, humanizado e treinado para atender dentro dos melhores princípios técnicos. Por incrível que pareça, nada disso parece sensibilizar os gestores públicos, independente dos níveis de governo!

Considerando a região do Médio Vale, o valor *per capita* de repasses feitos pelo Estado ao setor de saúde, comparado com outras regiões, despenca para décimos de centavos por habitante local, enquanto outras regiões são regiamente abastecidas, com o mesmo dinheiro público que falta a Blumenau. Embora sejamos referência regional e estadual para atendimento em várias áreas médicas, não vemos e não temos um compromisso formal de apoio integral, assim como vários hospitais de Santa Catarina, que na condição de filantrópicos, pagam para trabalhar e manter atendimento digno e resoluto. Nenhuma explicação coerente define porque existe essa discriminação com a saúde de Blumenau como um todo, que atende de forma regional, mas nunca foi encarado como regional pelo Estado. Ninguém vem explicar porque cidades menores, que não tem a menor complexidade de atendimento, recebem do Estado valores que chegam a R$ 70,00 por habitante, enquanto nós, com serviços especializados e referenciados, recebemos do Estado entre R$ 0,89 e R$ 1,00 por habitante. Então algo está errado, muito errado, pois todo dia vemos verbas milionárias serem anunciadas (mais para redutos eleitorais específicos, do que para a necessidade real de atendimento), e nada contempla a necessidade local e regional. Infelizmente, o governo parece programar a asfixia final do atendimento hospitalar no estado. Basta ver o que acontece com hospitais de Camboriú, São Joaquim, Fraiburgo, Tijucas, Alfredo Vagner, Anitapolis, Santo Amaro da Imperatriz e, inexplicavelmente, alguns hospitais públicos estaduais, sucateados, fechados ou em via de fechamento. Ao mesmo tempo, são anunciados valores enormes para alguns projetos de organizações sociais, que gerenciam dinheiro público na saúde, assumindo papel e função que deveria estar sob controle do Estado, muitas vezes de forma a facilitar questionamentos ou buscar atalhos na legislação, a título de compensar burocracia que é criada pela própria administração pública, enquanto outros hospitais penam para poder funcionar e recebem pífios recursos, baseados na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) – há décadas sem reajuste.

Considerando o Médio Vale, o valor per capita de repasses feitos pelo Estado ao setor de saúde, comparado com outras regiões, despenca para décimos de centavos por habitante local, enquanto outras regiões são regiamente abastecidas. Embora sejamos referência regional e estadual para atendimento em várias áreas médicas, não vemos e não temos um compromisso formal de apoio integral, assim como os vários hospitais filantrópicos de Santa Catarina.

Reprodução/Internet

O problema é conhecido: hospitais recorrem ao sistema bancário para honrar compromissos e suas equipes buscam resolver o problema, mas não observamos nada além de mudez e cinismo, num silêncio ensudercedor. Indigno-me com perspectivas sombrias, que vão da inadimplência de quem executa o serviço à possibilidade real de desassistência, não num futuro próximo, mas imediato! Como presidente regional do SIMESC, junto com a Associação Médica de Blumenau e o Conselho Regional de Medicina, já fiz um alerta público em junho de 2012, em carta aberta a população, publicada no Jornal de Santa Catarina, no qual antevíamos problemas referentes ao atendimento de pronto-socorro, pediatria, entre outros.

Vemos frequentemente a cobrança indiscriminada nas pontas de atendimento (ambulatórios e hospitais), mas o problema está num local diferente e tem responsáveis que necessitam serem chamados à responsabilidade. Devemos procurar entender que não é o médico, que atende em condições de trabalho abaixo do ideal; não é o enfermeiro, que está ali dando suporte de atendimento; e não é a escriturária que preenche documentos e cumpre ordens, que devem receber as críticas, apenas por estarem fazendo o seu trabalho, do jeito que podem. Durante a eleição municipal, todos os problemas foram apresentados na forma de debates especificos sobre a saúde, organizado pelo próprio SIMESC, mas ainda não há uma solução que tranquilize o cidadão de que o serviço de saúde, ambulatorial e hospitalar, permaneça disponível de forma perene e com progressivas melhoras, respeitando o dever constitucional que o Estado tem de oferecer serviços de saúde com qualidade. O município detém as autoridades mais próximas da população e, com este espírito, deve cobrar os recursos necessários e fazer com que eles cheguem para assistência efetiva dos pacientes.

Sempre pioneira e reconhecida por sua vanguarda, nossa região sempre teve em suas lideranças políticas e empresariais locais, um orgulho típico de quem resolvia os problemas. Hoje, apesar de observarmos um esforço coletivo, não se consegue acesso fácil ao Governo do Estado e nem aos recursos necessários, o que demonstra uma fragilidade de representação ou um oportunismo na linha do "quanto pior, melhor". Com toda a dificuldade, nossa rede ambulatorial man-

tém atendimento qualificado, nosso índice de mortalidade infantil é de primeiro mundo e nossa rede hospitalar é resolutiva e referência de atendimento em várias frentes.

Novamente, quem pagará o caos que se anuncia será a criança doente, o necessitado idoso, a desesperada gestante, o doente agudo ou crônico descompensado, pois aos hospitais filantrópicos somente restarão as medidas extremas de desativação de leitos, de fechamento de vagas e de serviços, de cancelamento de cirurgias, tudo isso culminando com abandono à própria sorte pelo Estado, tanto do hospital quanto dos cidadãos blumenauenses e metropolitanos, catarinenses como qualquer outro e merecedor, no mínimo, da mesma consideração. Não podemos ser vítimas apenas pelo fato de não compartilharmos ideologias, nem sermos penalizados pela nossa própria eficiência. Não existe hospital regional em Blumenau, tornando o Médio Vale do Itajaí uma ilha entre as regiões que contam com hospitais regionais abastecidos com dinheiro público, com alguns hospitais municipais generosamente aquinhoados e organizações sociais atuando no gerenciamento da saúde – exercendo o papel que deveria ser do Estado.

Todas soluções passam pelo reconhecimento do problema, pela equalização dos recursos, pela equidade da distribuição regional, pelo reconhecimento da eficiência dos serviços prestados, pela valorização do profissional da saúde, pelo controle dos desvios, pela agilização administrativa, pela atualização desta vergonhosa tabela do SUS pelo Governo Federal e pela eficiência de todas essas medidas associadas, numa governança clínica bem estruturada e livre de direcionamento político. A situação da saúde é preocupante, porém mais preocupante é a estrutura paquidérmica e viciada do Estado, que se arrasta e se esconde em burocracias que dificultam o acesso, a qualidade e o retorno dos impostos em forma de serviço público bem feito. Investimentos anunciados aos milhões em cidades próximas distoam do que deveria, por mérito, ser aplicado em nossa região, não como benesse, mas como reconhecimento e retorno dos impostos que daqui saem. Se não temos um hospital regional de fato, temos serviços hospitalares regionais de altíssima qualidade, que deveriam receber verbas proporcionais a qualquer outra região de Santa Catarina, principalmente quando nelas se concentram a estrutura hospitalar do Estado e o gasto estatal, que, segundo alega o governo, são muito mais caras do que a estruturas de hospitais filantrópicos e com eficiência reduzida, principalmente pela gestão burocrática e pela falta de visão administrativa e política.

Como disse o Presidente Estadual do SIMESC, Cyro Soncini, os hospitais não podem "continuar vivendo de rifas, quermesses, ajuda de empresários e auxílio de governos instituídos. Não podem mais tentar o fechamento das contas pela venda de produtos apreendidos da Receita Federal". O reflexo da penúria hospitalar estende-se para outros níveis de atendimento, muitas vezes com profissionais de saúde desmotivados, sem perspectiva de crescimento profissional, sem retaguarda necessária e sem a agilidade administrativa para fazer a fila andar. Excesso de burocracia, falta de coordenação entre os diferentes serviços, falta de informatização adequada e que integre hospitais e ambulatórios, prontuário eletrônico único disponível rapidamente entre a equipe de saúde, acompanhamento de casos ambulatoriais agudos e crônicos, profissionalização dos atendimentos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e das unidades de Estratégia da Saúde da Família (ESF). Quando falamos em saúde pública, obrigatoriamente precisamos entender que o atendimento deve ser feito numa cadeia de atendimentos, onde todos os níveis são de fundamental importância e necessitam estar ordenados por hierarquia e protocolos específicos de atendimento.

O reflexo da penúria hospitalar estende-se para outros níveis de atendimento, muitas vezes com profissionais de saúde desmotivados, sem perspectiva de crescimento profissional, sem retaguarda necessária e sem a agilidade administrativa para fazer a fila andar.

Continuamos empenhados na busca de 1,5 milhão de assinaturas para exigir do Governo Federal a ampliação do repasse para a saúde dos atuais 5% do orçamento para, no mínimo, 10% (Campanha Saúde +10). Já estamos com 1 milhão e 250 mil assinaturas e buscamos sensibilizar nossos governantes da necessidade e gravidade da situação atual. Não podemos ser ingênuos de que será a solução definitiva, mas reforço que faz parte do tripé que salvará a saúde pública: valorização do profissional da saúde (melhoria salarial, plano de cargos e salários, capacitação técnica permanente); recursos atualizados através de uma tabela SUS justa (melhora do repasse de recursos via SUS a toda a cadeia de atendimento público) e uma estrutura administrativa que prioriza a governança clínica (com gestão eficiente, meritocracia, acompanhamento de indicadores da saúde, integração das unidades de atendimento e transparência administrativa).

A solução passa por valorizar o profissional da saúde (melhoria salarial, plano de cargos e salários, capacitação técnica permanente); recursos atualizados através de uma tabela SUS justa (melhora do repasse de recursos via SUS a toda a cadeia de atendimento público) e por uma estrutura administrativa que prioriza a governança clínica (com gestão eficiente, meritocracia, acompanhamento de indicadores da saúde, integração das unidades de atendimento e transparência administrativa).

Fica novamente o alerta, como médico, cidadão responsável e apartidário, de que a situação se tornará insolúvel caso não haja uma decisão urgente no sentido de demonstrar responsabilidade com a saúde pública, que não tem preço... mas tem custo. Não basta alardear obras físicas, quando a necessidade deve ser direcionada para as pessoas, tanto as que atendem quanto as que são atendidas. Não é hora para individualismos e a colocação aqui posta se estende a todos os hospitais e estruturas que atendem ao cidadão catarinense, que, independente de poder aquisitivo, tem o direito constitucional à saúde pública de qualidade, financiada de forma justa e correta. O Estado deve encampar a luta pela distribuição equilibrada dos recursos, fazer a sua parte de forma isonômica e lutar para que a tabela do SUS seja corrigida num futuro próximo, sem esquecer que a situação emergencial é agora!

Em abril, colaboradores abraçaram simbolicamente o Hospital Santo Antônio. Manifestação teve a intenção de sensibilizar o Governo Federal e protestar pelo Reajuste da Tabela SUS. A unidade já ameaçou fechar o pronto-atendimento adulto por falta de médicos. A população de Blumenau também costuma reclamar que não há pediatras.
Foto: Divulgação/Hospital Santo Antônio

Direito de greve e serviço público

Previsto na Constituição Federal de 1988, o movimento grevista de servidores públicos nunca foi regulamentado. O fato prejudica tanto os servidores que necessitam de um parâmetro legal para reivindicar seus direitos através da greve, quanto a sociedade que depende de serviços públicos.

Por **Humberto Schroeder Neto**, *bacharel em Direito e funcionário do SINSEPES* <hsneto90@gmail.com>

O direito de greve, assim entendido como a suspensão ou paralisação das atividades exercidas pelos trabalhadores, em busca de melhores condições de trabalho, é um dos instrumentos mais eficazes utilizados como forma de pressão pelos empregados perante o empregador. No decorrer da História, este recurso foi amplamente utilizado por várias categorias de trabalhadores, havendo se transformado em uma alternativa da classe trabalhadora contra o poder econômico das empresas, a fim de satisfazer suas reivindicações.

O fenômeno da greve, que nasceu da insatisfação dos trabalhadores perante as péssimas condições de trabalho oferecidas, sempre foi objeto de grandes polêmicas, já tendo sido, inclusive, considerado crime pela legislação brasileira. Com freqüência, até hoje há críticas e certa censura quando há um movimento grevista em iminência. No caso da greve de servidores públicos, as críticas se tornam ainda maiores, por se tratar de questões que envolvem o acesso da população a serviços públicos.

Contudo, no Brasil, a greve tornou-se um direito fundamental de todo trabalhador, tendo a atual Constituição Federal (CF), promulgada em 1988, pela primeira vez na história do país, estendido aos servidores públicos o exercício deste direito. Esse fato pode ser considerado um grande avanço no campo social, pois nunca antes a greve de servidores públicos havia sido permitida pelo ordenamento jurídico pátrio.

rem definidos em lei. Porém, a lei específica de que trata o art. 37, inciso VII, da CF nunca foi editada, restando o exercício do direito de greve, por parte dos servidores públicos, prejudicado na medida em que carece de regulamentação. Observa-se que o mesmo não acontece com os trabalhadores da iniciativa privada, que tiveram seu direito de greve regulado pela Lei nº 7.783/89 (Lei de Greve).

No entanto, tendo em vista esta situação, o acórdão prolatado no Mandado de Injunção nº 712/2007 elabora uma adaptação da Lei de Greve ao universo dos servidores públicos. No momento, também estão em trâmite no Congresso Nacional projetos de lei que visam suprir a lacuna deixada pela falta de legislação específica. Convém salientar que a decisão extraída através do Mandado de Injunção nº 712/2007 utilizou-se como base a lei que regulamenta o direito de greve dos trabalhadores da iniciativa privada.

Assim, mesmo após os avanços obtidos em relação ao direito de greve dos servidores públicos no Brasil, ainda não há lei específica tratando do tema, o que, por si só, já dificulta em muito o exercício deste direito, tendo em vista que o Mandado de Injunção 712/2007 apenas serve para suprir a ausência de uma lei específica e, em tese, não pode vigir eternamente em substituição à lei.

Ocorre que já se passaram mais de vinte e cinco anos sem que o Congresso Nacional tenha editado uma regulamentação para o direito de greve dos servidores públicos.

O Mandado de Injunção nº 712/2007 apenas serve para suprir a ausência de uma lei específica e, em tese, não pode vigir eternamente em substituição à lei. Tramita no Senado o Projeto de Lei nº 710/2011, mas o texto atual pretende diminuir muitos dos direitos alcançados através do mandado, como a limitação do número de servidores públicos em greve em até 20% da categoria, avisar o Poder Público com pelo menos 30 dias de antecedência, entre outras mudanças.

Dentro do seu capítulo referente à Administração Pública, o art. 37, inciso VII, da Constituição Federal, assegura o direito de greve aos servidores públicos, o qual seria exercido nos termos e nos limites a serem definidos em lei específica. Percebe-se que os legisladores apenas começaram a propor projetos de lei sobre o tema após a decisão emanada do Mandado de Injunção nº 712/2007. Isso porque agora existe esse regramento que permite o exercício da greve, com parâmetros específicos a serem seguidos.

Servidores participam de uma assembleia do Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau em março de 2013. Durante o fechamento desta edição, trabalhadores e Prefeitura negociavam a reposição das perdas salariais
Foto: Jaime Batista da Silva

Entretanto, ao se tratar de serviços públicos devem-se levar em consideração os interesses da população e não somente os interesses do Estado e dos trabalhadores. E é justamente por isso que as greves de servidores públicos tendem a gerar vários conflitos de interesses. Mas o que está acontecendo atualmente no Congresso Nacional pode ser considerado uma tentativa de reverter aquilo que foi alcançado pela classe trabalhadora.

O Projeto de Lei do Senado nº 710/2011 é um exemplo de como as coisas estão sendo conduzidas na esfera pública federal. Até o momento (digo até o momento, pois o referido Projeto de Lei ainda pode ser modificado, já que está em trâmite), o citado Projeto de Lei pretende diminuir muitos dos direitos alcançados através do Mandado de Injunção nº 712/2007, como a limitação do número de servidores públicos em greve em 40% (no máximo) do total da categoria e, em alguns casos como nos serviços essenciais, somente 20% da categoria estaria autorizada a participar do movimento grevista, sendo que atualmente, por conta de decisões judiciais nesse sentido, é de 30% o número mínimo de servidores que devem ser mantidos trabalhando no caso de atividades essenciais, para manutenção do serviço à população. Para deflagrar uma greve seria necessário avisar o Poder Público com pelo menos 30 dias de antecedência, onde atualmente é necessário um aviso de pelo menos 72 horas. As negociações entre os sindicatos de servidores públicos e o Poder Público passariam a ter caráter informativo, pois não implicariam na obrigatoriedade em realizar aquilo que foi negociado. Torna-se importante destacar que a negociação coletiva é uma ferramenta primordial na busca pela resolução de conflitos ligados a relações de trabalho e que a sua falta acarreta em prejuízo tanto para os trabalhadores quanto para os empregadores, já que por meio da negociação coletiva seria possível pacificar o conflito sem a necessidade de utilizar a greve como forma de atingir os objetivos almejados.

No caso concreto do direito de greve no serviço público pode-se concluir que existe um conflito de interesses maior do que aquele desencadeado tão somente entre patrão e empregados, justamente porque a esfera de atuação é outra: trata-se de uma área que afeta diretamente a sociedade e não somente aqueles que estão na relação de trabalho, quais sejam, servidores públicos e Poder Público. Existe aí um conflito entre o direito da sociedade de gozar da prestação do serviço público e o direito constitucionalmente assegurado de greve aos servidores públicos, por isso, a legislação vindoura deverá ser bem construída a fim de equilibrar os interesses e por um fim às indefinições provocadas por não haver uma legislação específica. Assim, é de suma importância que todos os trabalhadores do setor público estejam informados e reivindiquem a garantia dos direitos que já foram conquistados.

Homofobia mata

Apesar de não ser mais considerada doença pela OMS há mais de 20 anos, os LGBT ainda sofrem com o preconceito e a violência. Por sua importância histórica, 17 de maio foi escolhido para intensificar o combate à homofobia e conscientizar a população.

Por **Lenilso Luis da Silva**, *coordenador do Grupo de Lésbicas, Gays, Bisexuais, Travestis e transexuais de Blumenau – LIBERDADE* <lenilso13@yahoo.com.br>

Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Manifestantes da 3ª Marcha Nacional contra a Homofobia ocupam a Praça dos Três Poderes em 2012 e estendem uma bandeira, com as cores do movimento, em frente ao Palácio do Planalto. A marcha é organizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), que reúne 257 organizações LGBT em todo o país.

A sexualidade humana se manifesta por meio de padrões culturais historicamente determinados. No Brasil, ela é marcada por claros antagonismos e concilia valores morais, como a virgindade e a castidade, à exaltação da sensualidade carnavalesca. Além disso, diversos discursos morais e ideológicos sustentam a intolerância diante de comportamentos, práticas e vivências da sexualidade que não estão em conformidade com o padrão heterossexual e patriarcal da nossa sociedade.

Esses opostos se refletem na dinâmica social contemporânea do país. O Brasil, mesmo agrupando o maior número de pessoas em paradas do orgulho Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis e transexuais no mundo – três milhões de pessoas participaram da Parada do Orgulho Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis e transexuais de São Paulo –ainda é uma sociedade marcada por altos índices de violência e de violação dos direitos sociais por motivo de orientação sexual não heterossexual e identidade de gênero discordante ao sexo biológico. O Brasil é recordista em violência contra homossexuais. Estima-se que, a cada três dias, um cidadão LGBT seja assassinado no País. Ainda segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), os assassinatos de LGBTs aumentaram 31,3% em 2010, em relação ao ano anterior, com 260 casos, ante 198 em 2009. Além disso, a violência de gangues neofascistas pelas grandes capitais tem crescido exponencialmente, a exemplo dos ataques em São Paulo.

Os avanços na promoção da cidadania de LGBT requer o reconhecimento do direito sexual como direito humano. Pessoas estão vulneráveis aos processos de exclusão social devido a fatores como condição sócio-econômica, regional, de idade, gênero, etnia, cor, e também populações em situação de rua, em situação carcerária, pessoas com deficiência físico-mental, idosos, entre outros. A orientação sexual e a identidade de gênero devem ser compreendidas como condicionantes e determinantes da situação de vida das pessoas na sobredeterminação a esses outros fatores de vulnerabilidade.

O Brasil é recordista em violência contra homossexuais. Estima-se que, a cada três dias, um cidadão LGBT seja assassinado no país. Ainda segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), os assassinatos de LGBTs aumentaram 31,3% em 2010, em relação ao ano anterior, com 260 casos, ante 198 em 2009.

Em 17 de maio de 1990, a Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) aprovou e oficializou a retirada do Código 302.0 (Homossexualismo) da CID (Classificação Internacional de Doenças) Na ocasião também foi oficialmente declarado que "a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio". Desde 1948, a OMS classificava a homossexualidade como um transtorno mental. Neste período, usava-se o termo "homossexualismo" para referir-se à orientação sexual de uma pessoa. Vale ressaltar que o sufixo "ismo" significa "doença", uma "patologia". A partir deste fato histórico, o Movimento LGBT Mundial tem priorizado a propagação mundial do termo "homossexualidade" em vez de "homossexualismo" para reduzir o uso inadequado e preconceituoso de terminologias que afetam a cidadania e a dignidade de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Desde que foi oficialmente declarado que "homossexualismo" não é doença, em 17 de maio de 1990, o Movimento LGBT Mundial tem orientado o uso do termo "homossexualidade" em vez de "homossexualismo", já que o sufixo "ismo" significa "doença" e, nesse caso, seu emprego soa preconceituoso.

A partir dessa decisão da OMS, o dia 17 de maio tornou-se uma data simbólica e histórica para o Movimento LGBT Mundial. Desde então, a comunidade científica internacional se opõe a todas as abordagens que consideram a homossexualidade como uma enfermidade que deva ser "curada". É um dia de promoção de eventos visando a conscientização política, despertando a atenção da população, das autoridades e gestores públicos para a necessidade urgente de combater e erradicar a homofobia, em suas mais diferentes formas de manifestação e ação: homofobia, lesbofobia e transfobia.

A luta e mobilização da população LGBT garantiu importantes avanços para a cidadania e fortalecimentos dos direitos nos últimos anos, como criação do Conselho Nacional de Combate a Discriminação – CNCD/LGBT, a aprovação de inúmeras leis estaduais e municipais estabelecendo multas e sanções às situações de discriminação, o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da união estável entre pessoas do mesmo sexo e, mais recentemente, a autorização da formalização união civil entre pessoas do mesmo sexo, por parte da Corregedoria Geral de Justiça de Santa Catarina. Reconhecimento esse que traz direitos e segurança jurídica para a relações homoafetivas.

Que esta data seja instrumento para o enfrentamento da lesbo, homo, bi, transfobia e seja um chamado para a realização dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Uma das maiores riquezas do Brasil é sua diversidade, portanto, preservá-la é nosso dever e também é importante para a construção de uma sociedade justa, democrática e que defenda a vida e a plenitude da felicidade.

SINE analisa números da oferta de emprego em Blumenau

Balanço dos últimos 12 meses mostra um saldo de quase 2 mil contratações. Empregadores têm buscado mais os trabalhadores qualificados e com certa estabilidade nos empregos. Candidatos ainda evitam trabalhar também aos finais de semana e feriados. Além disso, falta mão-de-obra em alguns setores da economia.

Por **Sandra Regina Alves da Silva Schatz**, *supervisora do posto de atendimento do SINE de Blumenau* <blumenau@sine.sc.gov.br>

Segundo os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) referentes ao mercado de trabalho no município de Blumenau, a economia permanece aquecida. No mês de março de 2013, o total de admissões foi de 7.995 para 6723 desligamentos, com um saldo positivo de 1.272 empregos gerados. Desde o começo deste ano, foram contratadas 25.476 pessoas e demitidas 20.046, com um saldo positivo de 5.430. Durante os últimos doze meses, houve um total de 82.822 admissões para 80.823 desligamentos, com um saldo positivo de 1.999. Em relação ao mesmo período de março de 2012, os valores se mantiveram estáveis, alterando a variação em 12 meses, com um saldo positivo de 3.217 empregos gerados, conforme dados da Evolução do Emprego por Nível Setorial – CAGED – Lei nº 4923/65.

Em relação ao desempenho do Posto de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE), Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, vinculado a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, através de convênio com o MTE, e em função da implantação e implementação do Programa Mais Emprego – MTE, tivemos um acréscimo de 200% de vagas captadas em relação ao ano de 2012, sendo que 100% correspondem a vagas de reposição.

Qualificar-se e elevar a escolaridade hoje passa a ser uma necessidade principalmente para os jovens e todos os trabalhadores. Com os avanços tecnológicos e com a automação, a mão-de-obra encolhe e os trabalhadores precisam se qualificar para assumir novas funções, uma realidade que não podemos mais ignorar.

As requisições de Seguro Desemprego em 2012 ficaram em 3.117 e, em 2013, desde o descredenciamento da Caixa Econômica Federal, em 6.043.

A maior parte das vagas ofertadas pelo posto do SINE de Blumenau não exige experiência e qualificação profissional. É a chamada "vontade de trabalhar" que conta. Mas, no processo final, percebe-se que os empregadores buscam mais os trabalhadores qualificados e com certa estabilidade nos empregos. A dificuldade maior na inserção no mercado de trabalho ainda são os empregos que necessitam trabalhar aos finais de semana e feriados. Hoje, alguns estabelecimentos já estão se preocupando e disponibilizando alguns benefícios a mais para compensar a carga horária em horários diferenciados, como auxílio creche, alimentação, assiduidade e bonificações. Mesmo que seja um processo inicial, já é um ganho.

Percebe-se também em alguns setores da economia um "apagão de mão de obra", como, por exemplo, a construção civil. Qualificar-se e elevar a escolaridade hoje passa a ser uma necessidade principalmente para os jovens e todos os trabalhadores. Com os avanços tecnológicos e com a automação, a mão-de-obra encolhe e os trabalhadores precisam se qualificar para assumir novas funções, uma realidade que não podemos mais ignorar. São públicos e notórios as conquistas históricas e direitos garantidos por lei, como salário irredutível, décimo terceiro, férias, etc., mas os trabalhadores e empregadores terão que buscar juntos mecanismos para este novo mundo do trabalho que está se apresentando.

O SINE divulga toda semana uma lista de oportunidades de trabalho. Interessados devem comparecer à Rua Braz Wanka, 238, bairro Vila Nova, levando carteiras de Trabalho e de identidade, CPF e comprovante de residência para fazer o cadastro. O posto funciona de segunda a sexta, entre 12h e 18h, e o telefone é (47) 3327-3335. É possível ir até o SINE de ônibus. Basta embarcar em algum veículo da linha 702 – Vila Nova (Circular), Via Secretaria Regional –, que sai do Terminal da Proeb.

Obedecendo a uma convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre organização do Serviço Público de Emprego, ratificada pelo Brasil, foi criado em 1975 o Sistema Nacional de Empregos (SINE). A rede atua de forma integrada na intermediação de mão-de-obra, na qualificação profissional, na geração de informações sobre o mercado de trabalho e no apoio operacional ao pagamento do seguro-desemprego e ao Programa de Geração de Emprego, Trabalho e Renda (PROGER).

Divulgação

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
BLUMENAU/SC
MARÇO/2013

	MARÇO/2013				NO ANO **				EM 12 MESES ***			
SETORES	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIAC. EMPR %*	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIAC. EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIAC. EMPR %
EXTRATIVA MINERAL	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	6	3	3	7,69
INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2.881	2.370	511	1,01	9.275	6.769	2.506	5,16	27.466	27.018	448	0,88
SERV INDUST DE UTIL PÚBLICA	24	36	-12	-1,37	91	113	-22	-2,48	345	351	-6	-0,69
CONSTRUÇÃO CIVIL	547	565	-18	-0,25	1.758	1.584	174	2,53	6.137	5.995	142	2,06
COMÉRCIO	1.856	1.589	267	1,02	5.086	4.969	117	0,44	19.363	18.843	520	2,00
SERVIÇOS	2.445	2.114	331	0,77	7.582	6.489	1.093	2,59	27.338	26.186	1.152	2,73
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	227	39	188	12,28	1.651	91	1.560	981,13	2.053	2.311	-258	-13,05
AGROPECUÁRIA	15	10	5	3,11	33	31	2	1,21	114	116	-2	-1,18
TOTAL	7.995	6.723	1.272	0,98	25.476	20.046	5.430	4,33	82.822	80.823	1.999	1,55

FONTE: MTE-CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI 4923/65
* A variação mensal do emprego toma como referência o estoque do mês anterior.
** Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques do mês atual e do mês de dezembro do ano t-1, ambos com ajustes.
*** Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques do mês atual e do mesmo mês do ano anterior, ambos com ajustes.

Eficácia de lei pioneira depende de fiscalização

Sancionada em abril, lei n° 16.003/2013 torna Santa Catarina o primeiro estado brasileiro a ter legislação própria sobre segurança do trabalho. Documento trata da prevenção de acidentes entre servidores e funcionários terceirizados pelo governo. Sindicato reclama da falta de fiscalização do Estado.

Por **Kunimund Krönke Junior**, *jornalista do SINSEPES* <kronke88@gmail.com>

Desde abril, órgãos públicos de Santa Catarina e empresas licitadas pelo Estado são obrigados a capacitar seus funcionários sobre a utilização correta de equipamentos e medidas que devem ser adotadas para minimizar os riscos de acidentes nos locais de trabalho. Segundo o texto da lei estadual n° 16.003/2013, a determinação deve constar em editais de licitação e contratos que envolvam obras ou o fornecimento de mão-de-obra para a administração pública. De acordo com informação divulgada pela imprensa, a empresa privada que não disponibilizar o ensino permanente aos colaboradores pode ser impedida de concorrer a novas licitações. Após a sanção do governador e a publicação no Diário Oficial do Estado, o Poder Executivo tem até 24 de julho para regulamentar a lei. Com a sanção em 25 de abril, Santa Catarina se tornou o primeiro estado do país com uma lei para garantir a segurança dos trabalhadores. A apresentação do projeto de lei atendeu a uma solicitação da presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 12ª Região (Santa Catarina), desembargadora Gisele Pereira Alexandrino. Para o autor, deputado estadual Gerson Merísio, a lei vai contribuir especialmente com a construção civil, para o qual são abertas muitas contratações e é um dos setores com mais registros de acidentes em Santa Catarina, junto com a agroindústria. A lei estadual foi aprovada enquanto o governo catarinense investe em obras de infraestrutura viária, de prevenção de cheias e secas e do sistema carcerário, o chamado "Pacto por Santa Catarina".

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau (SITICOM), Alberto Francisco Pereira, não acredita no cumprimento da lei. "É importante, porém acho que as empreiteiras contratadas não vão atender o determinado, pois o Estado não vai fiscalizar", disse o sindicalista. "Seria mais importante o Estado imprimir uma legislação para todos os municípios, independente da contratação, para todos os trabalhadores, alinhado com a legislação nacional, pois esta é da competência originária da União", completa Pereira.

Segundo dados dos ministérios do Trabalho e de Previdência Social, dos 45.930 acidentes registrados em Santa Catarina, 226 envolveram atividades relacionadas à construção civil. Os problemas mais comuns são a falta de equipamentos de proteção individual, de fiscalização e de orientação dos trabalhadores sobre medidas de prevenção contra acidentes, de acordo dom o SITICOM. A consequência são quedas, amputações de membros superiores, choques elétricos, lombalgia, entre outros problemas.

O presidente do sindicato afirma que a equipe de fiscalização percorre diariamente os canteiros de obras identificando problemas, notificando as empresas a cumprir a legislação, informando os trabalhadores dos direitos e denunciando as irregularidades ao Ministério do Trabalho (MTE) e ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Se a empresa não passa a cumprir a lei depois da visita, representantes do SITICOM voltam ao local das irregularidades com fiscais do CEREST.

O Sindicato da Indústria da Construção de Blumenau (SINDUSCON) afirma que a maioria dos acidentes registrados na construção civil envolvem trabalhadores autônomos que, apesar de aparecer nas estatísticas, não passam pela fiscalização de órgãos oficiais. "Esses profissionais não se preocupam muito com a sua segurança, com o uso de EPIs - Equipamentos de Proteção Individual e os EPCs - Equipamentos de Proteção Coletiva. Com isso, acabam sofrendo acidentes graves e às vezes fatais", disse o técnico de segurança do trabalho do SINDUSCON de Blumenau, André Ricardo de Mello. "Já os trabalhadores devidamente registrados em empresas passam por treinamentos e recebem os EPIs para trabalhar adequadamente na sua função", completa.

O SINDUSCON de Blumenau faz visitas e palestras nos canteiros de obras das empresas associadas para orientar e conscientizar os trabalhadores sobre a importância do trabalho seguro e de realizar as atividades corretamente, evitando assim uma doença no futuro. Além disso, a questão da segurança do trabalho está incluída nos cursos de formação que a entidade organiza em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina (SENAI-SC). "Estamos programando para 2013 o inicio de um curso de aperfeiçoamento dos encarregados, pessoas do setor administrativo, mestres de obras e engenheiros, sobre a responsabilidade de implantar e administrar a segurança do trabalho nos canteiros de obras", informa o técnico de segurança do trabalho do sindicato patronal.

Quedas em obras são uma das consequências da falta de equipamentos de proteção individual, de orientação dos trabalhadores e de fiscalização.
Foto: Divulgação/SITICOM

Experiência ruim

Segundo pesquisa da Universidade Regional de Blumenau (FURB), 64% dos trabalhadores do município estão empregados em indústrias têxteis. O levantamento dos ministérios do Trabalho e de Previdência Social mostra que o setor registrou 561 acidentes em 2011. O estudo da FURB revela que 54% desses problemas acontecem durante os primeiros dois anos de contrato, quando o funcionário ainda está no período de experiência. "Esses acidentes não chegam ao SINTRAFITE. Falta treinamento e o trabalhador acaba se machucando. Depois, a empresa justifica dizendo que a pessoa não se adaptou e por isso não vai continuar", revela Maria Roseli Ronchi Back, diretora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau.

Outro problema são os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), dos quais o mais comum é a Lesão por Esforço Repetitivo (LER). "O trabalhador é pressionado a fazer tudo muito rápido por causa dos prazos de entrega e acaba desenvolvendo uma doença crônica. Por causa da necessidade de ganhar dinheiro, a pessoa sente os sintomas, mas não dá bola. Vai deixando para tratar depois e quando vê já é tarde. Há casos de trabalhadores que não conseguem erguer o braço para pentear o cabelo", conta a diretora do SINTRAFITE. "São oito horas trabalhando na máquina. Algumas empresas colocam ginástica laboral, mas são 15 minutos que não influenciam em nada", critica Maria Roseli.

O Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau (SINTEX) foi procurado para informar quais medidas a entidade e as empresas têm tomado para evitar acidentes de trabalho e doenças laborais, mas não respondeu até o fechamento desta matéria.

Segundo dados dos ministérios do Trabalho e de Previdência Social, em 2011 foram registradas 168 mortes por acidente de trabalho em Santa Catarina. No mesmo período, 1.500 pessoas ficaram inválidas. Em Blumenau, aconteceram 3.347 acidentes em 2011, 1.271 a menos que em 2010, mas houve uma morte a mais. Não há dados detalhados por município e setor econômico. O Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) informa que em 2012 foram pagos quase R$ 70 bilhões em benefícios por causa de problemas de saúde no trabalho.

Seja razoável: exija o impossível

Greve geral na França de maio de 1968 completa 45 anos em 2013. Professor narra os acontecimentos e explica porque a mobilização ficou na História. Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da FURB promoveu debate em maio.

Por **Nelson Garcia Santos**, *professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da FURB* <nelgarcia@furb.br>

Com este *slogan* os estudantes franceses inauguraram o Movimento de Maio de 68 na França que, de várias formas, se interconectou com outros movimentos (estudantil, trabalhadores, pela paz, *hippies*, feministas etc.) que aconteceram na Europa e nos Estados Unidos, chegando a vários outros lugares. O início da mobilização se deu na segunda metade dos anos 60, culminando nos acontecimentos de 1968 e repercutindo até os dias atuais.

Dentre os vários eventos que caracterizam este período de forte mobilização na Europa, destacam-se: na Itália, a revolta de outono de 1967 e que resultou em sérios conflitos com a polícia de Roma em março de 68; na Espanha, os estudantes se organizaram para reivindicar liberdades políticas, e ocuparam universidades; em Praga, os tchecos foram para as ruas enfrentar a invasão soviética e defender o sonho de um socialismo democrático; na Inglaterra, estudantes atacaram a embaixada americana em Londres e o psicodelismo se constituiu fortemente com os Beatles e Rolling Stones; na Alemanha, estudantes ocuparam universidades e um consulado americano protestando contra a guerra no Vietnã; e, em Amsterdã, desde 1966 estavam sendo realizadas ações de desobediência civil não-violenta.

Para alguns autores, esta situação de "rebeldia", ocorrida no final dos anos 60 na Europa, deveu-se também ao fenômeno do *baby boom* (ROTMAN, 2008), iniciado a partir da Segunda Guerra Mundial. Em 1968, os bebês nascidos durante o conflito haviam se tornado jovens e, especificamente no caso da França, representavam cerca de 15% da população total, fazendo com que a juventude passasse a ter um peso inédito, transformando comportamentos, valores e práticas culturais, constituindo uma legião de estudantes – secundaristas e universitários – que passou a desenvolver uma cultura própria, seja na música, na moda ou na linguagem. "O poder estava no braço da guitarra". Os jovens de 68 não se pareciam mais com seus pais, tanto no vestir – jeans, minissaias – como em seu comportamento, que aspirava mais questionamentos, mais emancipação, mais autonomia e mais liberdade sexual.

A nova geração se chocava com os dirigentes do Estado ainda orientados por valores tradicionais e por uma rígida moral. Esse distanciamento entre o velho e o novo desembocou numa grande paralisação com milhões de estudantes e trabalhadores na França se manifestando nas ruas, fábricas e universidades em maio de 68. Porém, não se pode considerar que a juventude contestadora fosse totalmente politizada ou revolucionária. Pouco antes da paralisação, a parcela de estudantes esquerdistas era minoritária e invocavam tanto contra a sociedade burguesa quanto contra o comunismo de Moscou, procurando novos modelos. O maoismo estava em alta e a via cubana, com seu romantismo revolucionário assumido por Che Guevara, fascinavam a juventude rebelde.

O movimento de maio de 1968 resultou em várias mudanças ao longo do tempo. Talvez a mais importante tenha sido a transformação na relação entre homens e mulheres, conquistada pelos movimentos feministas dos anos 1970. Os pais também passaram a dialogar mais com os filhos. Além disso, a escola mudou por meio de novas experiências pedagógicas.

O movimento tinha como motivador as reivindicações existenciais e muitas pessoas se questionavam sobre quem eram, o que queriam fazer, qual era o verdadeiro sentido de suas vidas e até que ponto tinham controle sobre seu próprio destino. Tais questionamentos estavam acompanhados de uma liberalização dos costumes: a imprensa feminina passava a tratar da sexualidade e o *topless* aparecia nas praias de Saint-Tropez, enquanto os guardiões da moral e dos bons costumes resistiam fortemente.

Além disso, a Guerra do Vietnã, um conflito entre a principal potência mundial e um pequeno povo asiático, levantou uma forte reação internacional. O mundo assistiu à primeira guerra televisionada da história e as imagens do combate geraram fortes rejeições na Europa e em vários outros países. Em muitos lugares, estudantes expressavam um profundo mal-estar existencial que se confirmava nas críticas aos valores das suas respectivas sociedades.

Em um contexto internacional conturbado, um grupo de estudantes ocupou a reitoria da Universidade de Nanterre em 22 de março de 1968 para protestar contra a prisão de um militante da Juventude Revolucionária Comunista, que havia atacado um escritório da American Express durante manifestação contra a Guerra do Vietnã. Os manifestantes que invadiram a reitoria ficaram conhecidos como o Movimento 22 de março e à frente da organização estava Daniel Cohn-Bendit.

Através da União Nacional dos Estudantes Franceses, aos quais os jovens de Nanterre eram filiados, o movimento cresceu e a resposta do poder estatal veio na forma de repressão. Daniel foi preso em 27 de abril e no início de maio a Universidade de Nanterre foi fechada. Isso fez com que os jovens parisienses tomassem as ruas no dia 3 maio para protestarem. A manifestação terminou em confronto com a polícia e a partir de então as marchas estudantis tomaram as ruas de Paris. O enfrentamento entre os jovens e as forças da ordem atingiu o ápice na noite do dia 10 de maio, ficando conhecida como a Noite das Barricadas. Nesse momento, a União Nacional dos Estudantes Franceses pediu apoio aos trabalhadores da França e as cinco principais centrais sindicais decidiram se juntar à luta dos estudantes. A partir do dia 13 de maio, quando foi convocada a greve geral, o Maio de 68 deixa de ser um movimento restrito à universidade e se transforma em um gi-

Reprodução/Internet

Em 22 de março de 1968, estudantes invadem a reitoria da Universidade de Nanterre para protestar contra a prisão de um militante comunista. O governo francês reprimiu duramente a ocupação do prédio com a prisão do líder do movimento, Daniel Cohn-Bendit, e o fechamento da universidade. Isso fez jovens parisienses tomarem as ruas. A manifestação terminou em confronto com a polícia e a partir de então Paris viveu seguidos protestos populares.

Reprodução/Internet

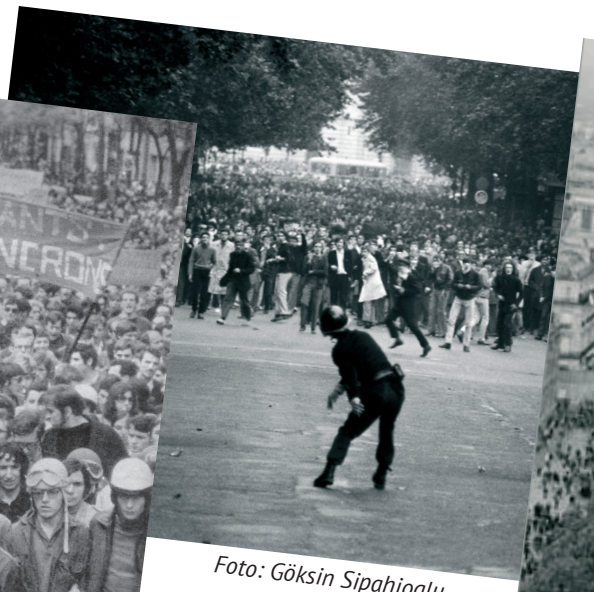


Foto: Göksin Sipahioglu

Na foto da esquerda, manifestantes levam uma faixa onde está escrito "Trabalhadores, estudantes: unidos venceremos". Na imagem seguinte, policial arremessa uma bomba de gás contra a multidão. Em 13 de maio de 1968, mais de 800 pessoas tomam as ruas de Paris (D).

gantesco levante social de milhões de estudantes e trabalhadores que abala a estrutura do poder, colocando em xeque a autoridade do General De Gaulle e do próprio Estado francês.

Da mobilização nas ruas, os trabalhadores partiram para a ocupação de fábricas. O movimento se ampliou para outras cidades e no dia 17 de maio a França era um país imobilizado pela paralisação do transporte ferroviário e por cerca de sete milhões de grevistas.

Do movimento de Maio de 68 resultaram várias mudanças ao longo do tempo. Talvez a mais importante tenha sido a transformação na relação entre homens e mulheres, conquistada pelos movimentos feministas inaugurado nos anos de 1970. O modelo de família e o lugar da criança na sociedade também mudaram: os pais passaram a aumentar os diálogos com os filhos. A escola, por meio de novas experiências pedagógicas também mudou.

Nas Américas, o ano de 1968 também se apresentava de forma complexa: com conflitos, repressões e novos comportamentos. Nos Estados Unidos, negros, *hippies* e estudantes da nova esquerda questionavam o modo de vida estadunidense e denunciavam a hipocrisia de uma sociedade dominada pelo consumo, o racismo e a paranoia da Guerra Fria. Em setembro de 1968, o então diretor da Agência Central de Inteligência (CIA), Richard Helms, entregou ao presidente Lyndon Johnson um relatório intitulado "A Juventude Agitada" e propôs aumentar a vigilância policial sobre os jovens dos Estados Unidos e da Europa. Tal preocupação se deveu ao aumento do movimento contra a Guerra do Vietnã, com massivas manifestações e ocupações nas universidades; jovens negros sublevaram-se em mais de 100 cidades em reação ao assassinato de Martin Luther King; os Panteras Negras, com sua doutrina de auto defesa armada contra o Estado, ganharam expressivo apoio nos bairros pobres negros e uma nova esquerda ampliou-se, chamando os jovens à rejeitarem os valores capitalistas e a paranoia da Guerra Fria.

Além de toda agitação política, a década de 60 também ficou famosa pelo surgimento de uma contracultura influenciada pelos movimentos sociais. Criticando as autoridades e os valores da classe média, muitos jovens adotaram estilos alternativos de vida. Os *hippies* foram os mais famosos: usando roupas simples, cabelos compridos e defendendo o uso de drogas para a alteração de estados de consciência, buscaram uma vida mais livre, onde a sexualidade e os instintos individuais não fossem reprimidos pela pesada moral estadunidense.

Já no Brasil, onde se vivia em plena ditadura militar, as manifestações de oposição ao regime vinham acontecendo através da Ação Libertadora Nacional (ALN), da Política Operária (Polop), da Ação Popular (AP), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e por outras forças políticas. Entretanto, o ano de 68, com suas formas de rebeldia, teve início em 28 de março quando o estudante secundarista, Edson Luíz, foi assassinado pela polícia durante uma manifestação no Rio de Janeiro contra o fechamento do restaurante universitário O Calabouço. A partir daí, os estudantes que tomaram as ruas acabaram se tornado a ponta de esperança de um momento dramático para o país. Em Brasília, por exemplo, os estudantes impediram com paus e pedras a comemoração do quarto ano do golpe.

A partir de maio de 68, as mobilizações contra a ditadura, em sinergia com os acontecimentos da Europa, são intensificadas pelas músicas de Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Geraldo Vandré e vários outros que vieram a inaugurar o Tropicalismo, o Teatro de Arena, o Oficina e outros meios que contribuíram na formação de um quadro cultural crítico e politizado, cujos valores tinham um sentido libertário pelos quais ecoavam os *slogan* "faça amor, não faça a guerra", "é proibido proibir", entre outros. Assim, no Brasil, as lutas de libertação se somavam às reivindicações libertárias, em um marco de luta antiditatorial, sendo os momentos de auge as greves de Osasco e de Contagem, a passeata dos 100 mil e o sequestro do embaixador estadunidense. Tudo em meio a um clima de rebeldia e de lutas emancipatórias (SADER, 2008), com mudanças ocorrendo em vários países, porém, de forma heterogênea e com particularidades.

Desta forma, diante da complexidade do debate sobre Maio de 68, o Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da FURB, que reúne os cursos de Ciências Sociais e Ciências da Religião, promoveu uma mesa redonda sobre o Movimento Maio de 68, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre este importante momento da história mundial e nacional. Participaram o professor doutor Leonardo Brandão, do curso de História da FURB, que falou sobre "1968: um panorama histórico" e o professor doutor Nildo Viana, do curso de sociologia da Universidade Federal de Goiás, que abordou "Movimento de Maio: unidade e diversidade". A mediação foi do professor doutor Celso Kraemer, do Departamento de Filosofia da FURB.

Durante o evento, realizado no dia 24 de maio, os participantes tiveram a oportunidade de refletir e de debater o significado e a atualidade da frase "seja razoável: exija o impossível".

À contestação dos valores tradicionais e da rígida moral e à luta por autonomia e mais liberdade sexual, somaram-se manifestações contra a Guerra do Vietnã. No Brasil, as ideias do movimento iniciado no França se juntaram à luta contra a ditadura militar. A partir daí, os estudantes que tomaram as ruas acabaram se tornado a ponta de esperança de um momento dramático para o país. A foto ao lado é da Passeada dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968.

Foto: Evandro Teixeira/Jornal do Brasil

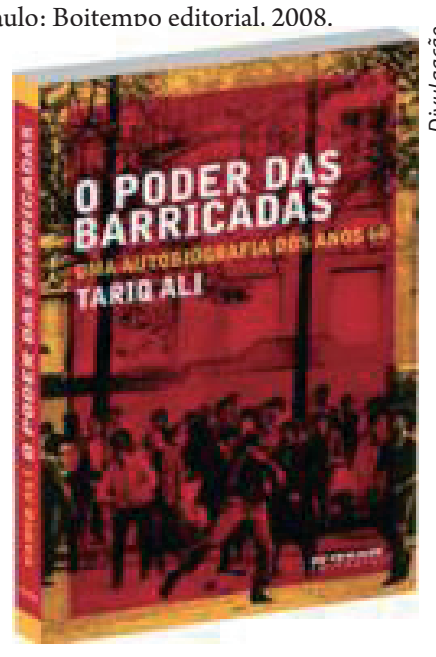
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROTMAN, Patrick. A Geração das Barricadas. **História Viva**, São Paulo, Ano V, n. 54, p. 34 – 39. 2008.

SADER, Emir. 68 no Brasil. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, Ano XII, n. 164, página 20, maio 2008.

SUGESTÃO DE LEITURA

ALI, Tariq. **O poder das barricadas**: uma autobiografia dos anos 1960. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.



Divulgação

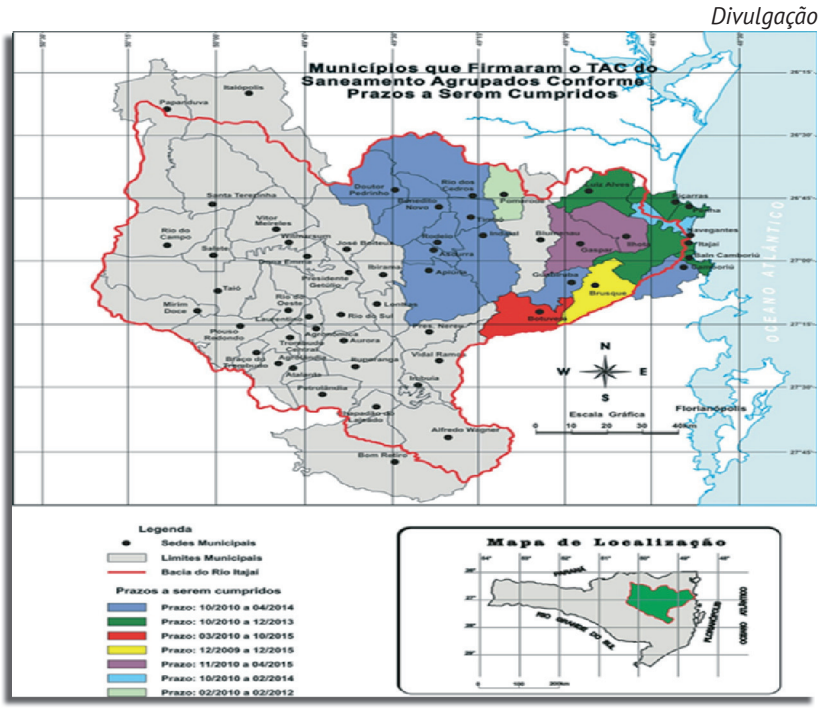
Monitoramento e avaliação da execução dos TACs do saneamento na bacia do Rio Itajaí-Açu

Projeto do Grupo de Pesquisa e Extensão em Direitos Fundamentais, Cidadania e Novos Direitos da FURB apresenta resultados da análise sobre a implantação do sistema de saneamento básico em 21 munícipios do Vale. Índice de atendimento da população por rede coletora e de tratamento de esgoto da região é o segundo pior de Santa Catarina.

Por **Noemia Bohn**, *pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão em Direito da FURB* <noemia@furb.br>

E **Franz August Ramlow**, *estudante de Direito e integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão em Direito da FURB* <franz.ramlow@gmail.com>

Divulgação



Localização dos 21 municípios que efetuaram os TACs.

O programa "Cidadania Pela Água no Vale do Itajaí" dá continuidade às ações promovidas pela FURB no apoio à implementação da política pública de recursos hídricos e de saneamento básico na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí. Trata-se de um trabalho de caráter jurídico, educativo e político, com forte participação acadêmica.

Os projetos do Programa Cidadania pela Água no Vale do Itajaí possuem basicamente três finalidades:
- Mobilizar a comunidade regional para a discussão de questões ligadas ao fortalecimento da gestão ambiental municipal, especificamente voltadas para a implantação da política pública municipal de saneamento básico.
- Consolidar a participação dos organismos de gestão de recursos hídricos na bacia do rio Itajaí – Comitê do Itajaí e Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí – no processo de tomada de decisão ligada às políticas públicas nessa área.
- Consolidar a parceria com o Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria Regional Ambiental, especificamente nas ações de monitoramento dos TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) do Saneamento.

É neste terceiro objetivo que entra o projeto "Monitoramento da implementação da política de saneamento básico na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí", que tem por finalidade básica acompanhar a execução dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e 21 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí. Outro objetivo é adequar os municípios às normas estabelecidas pelas Políticas Nacional e Estadual de Saneamento Básico. Os TACs foram assinados com os seguintes municípios: Gaspar, Indaial, Ascurra, Itajaí, Benedito Novo, Brusque, Timbó, Doutor Pedrinho, Navegantes, Balneário Piçarras, Rodeio, Apiúna, Balneário Camboriú, Botuverá, Camboriú, Guabiruba, Ilhota, Luis Alves, Penha, Pomerode e Rio dos Cedros; formando-se, assim, a área de abrangência do projeto.

Contextualização e desenvolvimento do projeto

Em 5 de janeiro de 2007 foi promulgada a Lei Federal nº 11.445 que estabelece as diretrizes nacionais para a política federal de saneamento básico. A importância da existência de serviços de saneamento para garantia da saúde e melhoria da qualidade de vida da população é fato indiscutível e de amplo reconhecimento, considerado inclusive direito fundamental, nos termos da Constituição Federal de 1988.

No âmbito da Região Hidrográfica do Rio Itajaí, os dados do SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2006) – indicavam um índice de atendimento da população por rede coletora e de tratamento de esgoto de apenas 0,68%. Embora a Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí seja uma das regiões mais desenvolvidas economicamente de Santa Catarina, ocupa a segunda pior posição dentre as dez regiões hidrográficas do estado em termos de população atendida por coleta de esgoto. Estudos elaborados para o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Itajaí apontaram a falta de saneamento básico como uma das maiores causas dos problemas de qualidade de água na bacia, quadro este que precisa ser urgentemente alterado mediante a mobilização e pressão da comunidade regional. Diante desse cenário, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina instaurou em 2009 inquéritos civis públicos para apurar responsabilidades referentes ao baixo índice de saneamento básico nos municípios catarinenses e buscar, numa ação conjunta com os órgãos do poder público e da sociedade em geral, a melhoria desse quadro. Na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, 21 inquéritos civis públicos foram instaurados e resultaram na celebração, em 2010, de 21 TACs. Atualmente esses inquéritos civis e correspondentes TACs tramitam na 13ª Promotoria Regional Ambiental de Blumenau.

Considerando o potencial poluidor do esgoto sanitário, quando disposto inadequadamente, atingindo os direitos à sadia qualidade de vida da população, constitucionalmente garantidos, que a FURB mediante a atuação do Grupo de Pesquisa e Extensão em Direitos Fundamentais, Cidadania e Novos Direitos tem procurado ser uma apoiadora das iniciativas do Comitê do Itajaí e do Ministério Público, contribuindo com aquilo que a Universidade pode fazer de melhor, ou seja, gerar conhecimentos, desenvolver métodos e procedimentos que permitam aos seus parceiros avançar na implementação das políticas públicas ambientais.

Metodologia de monitoramento

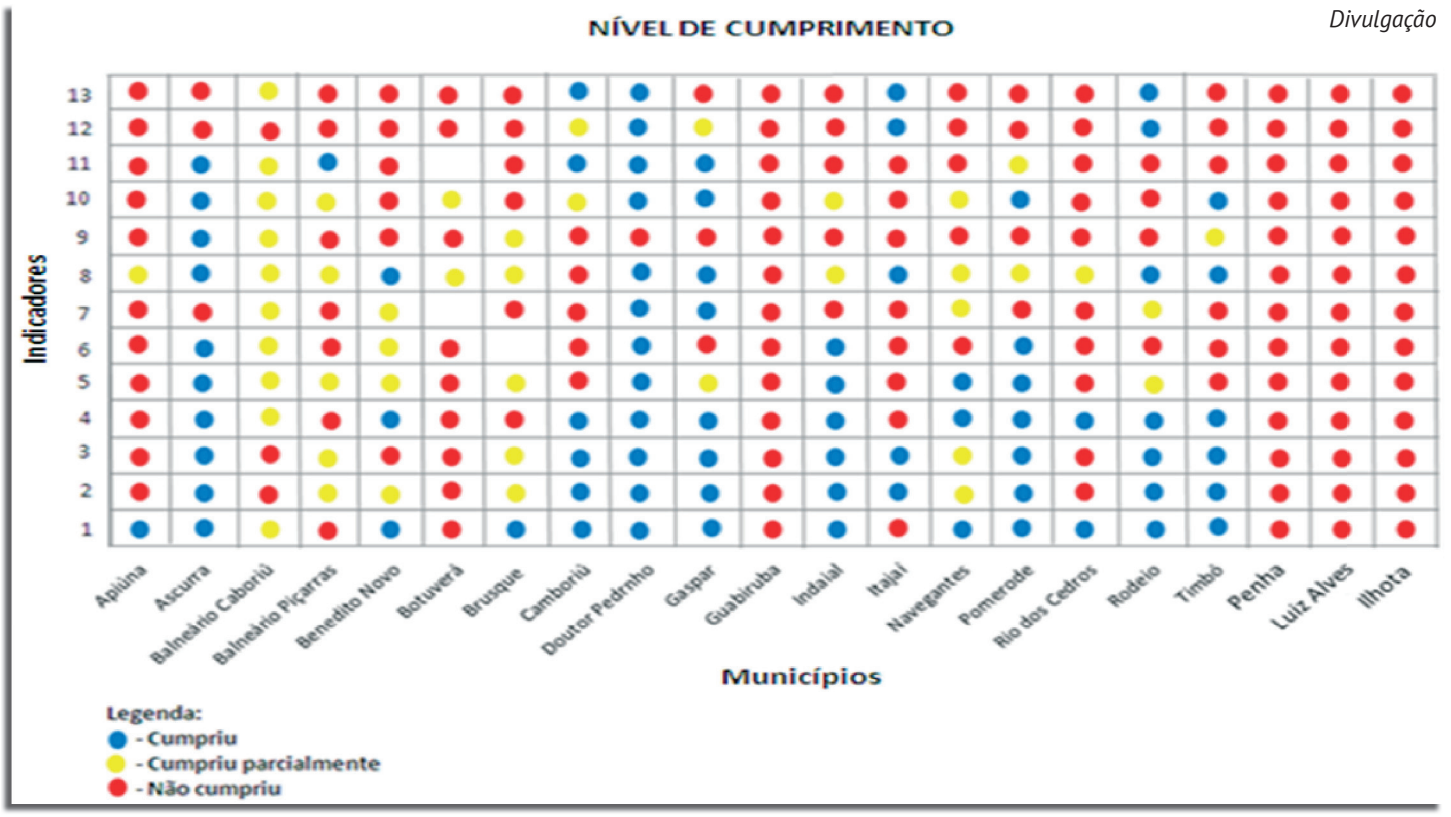
O monitoramento de um projeto ou de uma política pública consiste na coleta de dados antes e durante sua implementação, com o objetivo de auxiliar o gerenciamento e a tomada de decisões. O sistema de monitoramento dos TACs do saneamento foi elaborado de forma coletiva pelos integrantes do Grupo de Pesquisa e Extensão em Direito e

alunos do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. O projeto efetuou até o momento três monitoramentos, sendo que apenas no último foi possível consolidar uma forma padrão de apresentação dos resultados.

A partir das cláusulas contidas nos TACs que tinham prazo de vigência estipulado, foi possível listar 13 indicadores para avaliar o desempenho do município quanto ao cumprimento das cláusulas, subdivididos entre os seguintes domínios: normatização e regulamentação (seis indicadores), capacitação (dois indicadores), regularização (um indicador), plano (dois indicadores) e projetos (dois indicadores). Tais indicadores refletem a estrutura normativa municipal sobre saneamento básico, capacitação dos gestores e técnicos quanto à política de saneamento básico; a regularização e aplicação das novas regras de saneamento no município; a definição do plano e os projetos elaborados para a sua implementação.

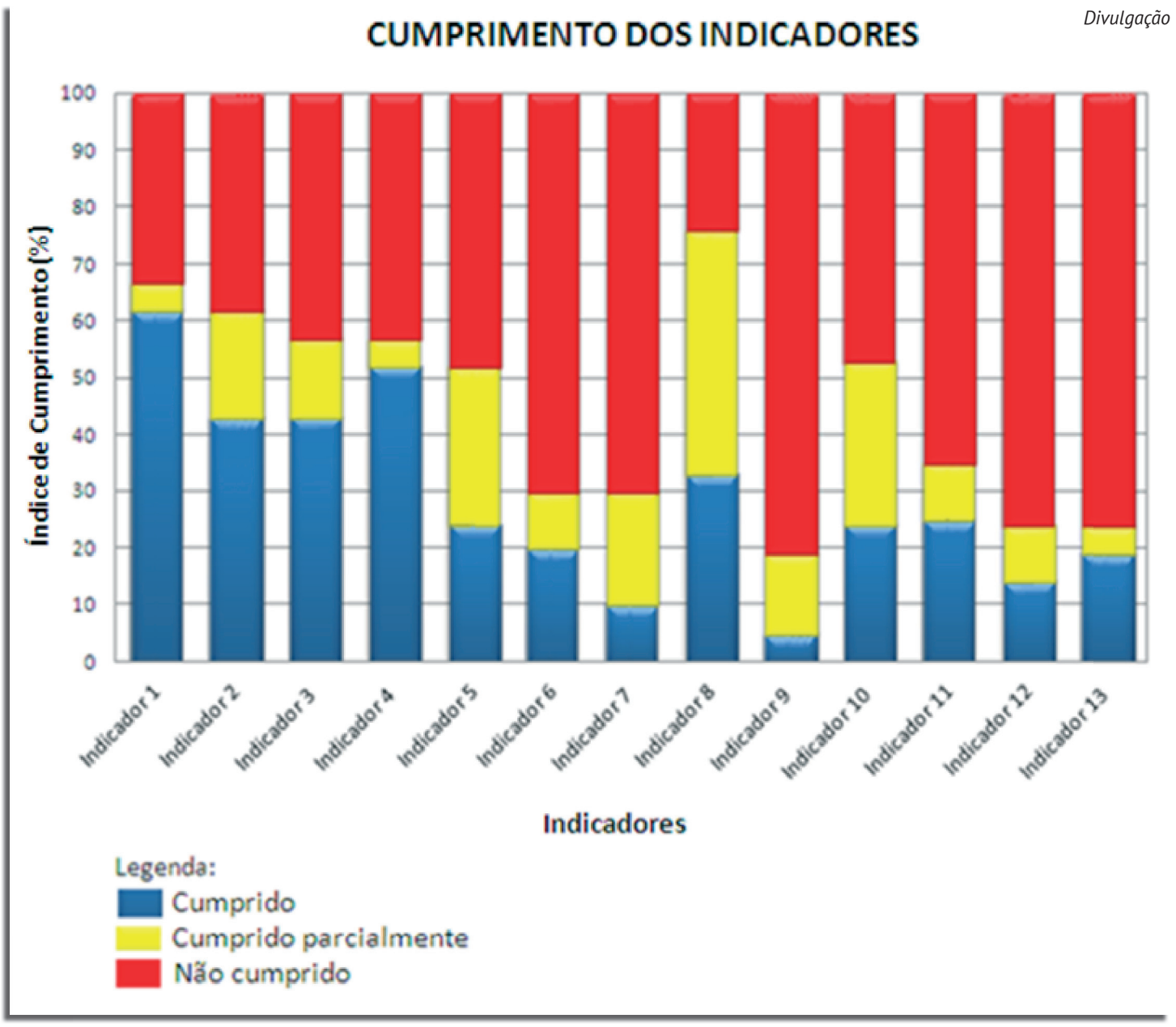
Para avaliar o desempenho dos municípios em relação ao cumprimento da totalidade dos indicadores, estabeleceu-se o seguinte critério: alto, se cumpriu de nove a 13 indicadores; médio, se cumpriu de quatro a oito indicadores; e baixo, se cumpriu de um a três indicadores. Os municípios com alto desempenho no cumprimento dos indicadores são: Doutor Pedrinho e Ascurra. Os municípios com médio desempenho no cumprimento dos indicadores são: Gaspar, Pomerode, Rodeio, Indaial, Camboriú, Timbó e Itajaí. Os municípios com baixo desempenho no cumprimento dos indicadores são: Apiúna, Balneário de Piçarras, Benedito Novo, Brusque, Navegantes e Rio dos Cedros. Os municípios que não cumpriram nenhum dos indicadores são: Guabiruba, Ilhota, Luis Alves e Penha. Como os municípios de Balneário Camboriú e Botuverá não cumpriram nenhum dos indicadores integralmente, mas apenas parcialmente, o seu desempenho foi considerado como baixo.

Divulgação



Nível de cumprimento dos indicadores por parte dos municípios que firmaram o TAC do Saneamento.

Divulgação



Percentual de cumprimento dos indicadores por parte da totalidade dos municípios que firmaram o TAC do Saneamento.

Análise dos resultados

Da análise dos dados apresentados, é possível constatar que os indicadores 1 (Nível de elaboração da Política Municipal de Saneamento) e 4 (Nível de elaboração da lei de constituição de entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços de saneamento), por se tratar de tarefa de elaboração legislativa nova e pelo fato de já se ter o conteúdo dessas normas definidas pela Lei Federal nº 11.445/2007, foram os indicadores mais cumpridos pelos municípios. Dentre os indicadores com prazo de cumprimento vencido para todos os municípios, o Indicador 7 (Nível de capacitação dos gestores e técnicos municipais em política de saneamento básico) é o que possui o mais baixo nível de cumprimento.

O seminário de extensão realizado pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Direito na FURB no dia 14 de fevereiro de 2013 serviu para divulgar os resultados do terceiro monitoramento e apresentar o índice de desempenho dos municípios, conforme no alto da página. Esse seminário contou com a participação de representantes de 10 dos 21 municípios que firmaram os TACs, sendo que alguns deles sequer sabiam da existência dos TACs pelo fato de recém terem assumido a função em virtude das eleições municipais ocorridas em 2012. O aspecto positivo do seminário é que ele propiciou uma oportunidade de diálogo entre os municípios que firmaram os TACs, bem como promoveu uma solução de compromisso entre os municípios integrantes da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), no sentido de se reunirem mensalmente junto com os extensionistas da FURB e da Assessoria de Saneamento da AMMVI, buscar soluções conjuntas e dar mais agilidade ao cumprimento das cláusulas do TAC.

A partir do exposto, verifica-se que o Termo de Ajustamento de Conduta contribuiu como indutor na implementação da política pública de saneamento em pelo menos 17 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí. Porém, sozinho, tal instrumento é insuficiente para atingir a finalidade a que se propôs. A contribuição do Grupo de Pesquisa e Extensão em Direito da FURB, mediante a divulgação dos resultados do monitoramento do desempenho dos municípios no cumprimento das cláusulas, proporcionou uma mobilização dos mesmos, para adequar sua conduta, bem como, abriu um espaço de diálogo na AMMVI que propiciará aos municípios com maiores dificuldades de implementação do TAC um suporte no encaminhamento das ações. Ações estas que, uma vez implementadas, contribuirão para a melhoria da qualidade de vida da população da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí.

diversas

Servidores da FURB comemoram Dia do Trabalhador com feijoada

O SINSEPES promoveu uma feijoada em homenagem ao Dia do Trabalhador. Compareceram 148 pessoas à sede da Associação dos Servidores da FURB (ASEF), das quais 83 filiadas ao sindicato e 65 acompanhantes. O SINSEPES voltou a reunir os servidores no ano passado, depois de quatro anos sem realizar a confraternização do dia 1º de maio.

Foto: Luiz Donizete Mafra

CONSUNI aprova concessão de licença-prêmio e auxílio-creche

Durante a reunião do dia 23 de maio, o Conselho Universitário (CONSUNI) da FURB aprovou proposta de alteração da Lei Complementar nº 746/2010. O texto trata da concessão de licença-prêmio a servidores próximos da aposentadoria e amplia o direito ao auxílio-creche também para os servidores (pais e mães) com filhos de até seis anos matriculados em escola de educação infantil. O anteprojeto aguarda análise do Poder Executivo antes de seguir para Câmara de Vereadores. Os benefícios fazem parte da pauta de reivindicações do SINSPES, apresentada em março.

Servidores escolhem conselheiros do ISSBLU

Aconteceu no dia 27 de maio a eleição para os conselhos de Administração e Fiscal do Instituto de Seguridade Social do Servidor de Blumenau (ISSBLU). Os escolhidos para o Conselho de Administração são Marcos Landeira (PMB), Zenia Pereira (PMB) e Maria Emilia de Souza (PMB). No Conselho Fiscal, os novos membros são Fabio Weidgenant (FURB), Fernando Luiz Krambeck (FURB) e Euzi de Limas Tomio (FURB). O resultado final será homologado em 11 de junho.

Em abril, Elói Barni foi eleito diretor-presidente do ISSBLU. Barni é procurador geral do município de Blumenau e assume o cargo no Instituto no dia 25 de junho. Ele vai suceder a Carlos Xavier Schramm, que sai depois de oito anos.

Protestos movimentam Blumenau

Cerca de 50 estudantes enfrentaram a chuva que caiu no dia 22 de maio para exigir o investimento de 10% do PIB em educação, o passe livre estudantil, a federalização da FURB e protestar contra a reenturmação nas escolas públicas estaduais. A passeata (foto abaixo) saiu da escadaria da Igreja Matriz São Paulo Apóstolo em direção à prefeitura, onde os manifestantes gostariam de encontrar Napoleão Bernardes. O prefeito estava em outro compromisso, mas uma reunião ficou agendada. A manifestação fez parte da Jornada de Lutas da Juventude Brasileira. Entre os dias 20 e 21, jovens também debateram mobilidade urbana e a diminuição da maioridade penal.

Além disso, dois protestos aconteceram nos dias 25 e 26 de maio. No primeiro, um grupo de mães pediu melhorias no atendimento público de saúde de hospitais, ambulatórios gerais e postos de Blumenau. A manifestação foi motivada pela morte de um menino de um ano e dois meses, causada por supostas falhas no atendimento e diagnóstico.

Foto: Divulgação/UBE

Já na Marcha da Maconha, os participantes defenderam a descriminalização, a regulamentação do uso recreativo, industrial e medicinal da planta e procuraram esclarecer os motivos da proibição.

FURB e Biblioteca Universitária celebram aniversários

A Biblioteca Universitária comemorou 45 anos no dia 28 de abril. Cerca de 400 pessoas puderam conhecer as instalações, ver exposições e aprender a conservar livros. Durante o evento também houve contação de histórias para as crianças e foi lançada uma logomarca especial dos 45 anos da Biblioteca. Por fim, a Orquestra da FURB executou obras de Rossini, Debussy e outros compositores clássicos.

No dia 2 de maio, foi a vez da Universidade celebrar 49 anos de fundação. Na oportunidade, houve apresentação musical, lançamento de livro e da marca alusiva aos 50 anos da FURB. Também começou oficialmente o planejamento dos eventos comemorativos ao meio século de existência da instituição.

Blumenáusea

Por **Viegas Fernandes da Costa**, *escritor* <viegas@furb.br>

"Bonitinha, mas ordinária"

Flagrado tomando um cafezinho em famosa padaria do Centro da cidade, perguntamos a Nelson Rodrigues qual sua impressão sobre Blumenau. A resposta foi uma só: "bonitinha, mas ordinária".

Tentamos argumentar, dizendo que todos que visitavam a cidade, achavam-na linda e ordeira. Nelson então respondeu, em meio ao fastio: "toda unanimidade é burra!"

Terminou seu café, baforou a fumaça do charuto e tornou para a vida como ela é.

Doktor Blumenau

Há quem diga que Blumenau deveria ostentar não o título de capital nacional da cerveja, mas sim o de capital nacional da fluoxetina. E talvez seja verdade. É tanta a fluoxetina consumida neste vale triste, que esta já contamina nossos esgotos e deixa chapados os peixes teimosos que ainda encontramos no Itajaí-Açu. É estarrecedor!

Tanta depressão só pode mesmo ser herança maldita dos tempos que os primeiros sem-terra aportaram por aqui. Afinal, contam alguns dos nossos historiadores que Doktor Blumenau era depressivo. Como não o conheci pessoalmente, não assino embaixo. Entretanto, posso afirmar que era, isto sim, um puxa-saco autoritário. Explico.

Todo esse papinho que nosso fundador era um humanista anti-escravagista é pura balela. Se a então Colônia Blumenau não possuiu escravos (ao menos oficialmente), isto se deu em função de uma lei imperial de 1848 que proibia a mão-de-obra escrava nas colônias, e não às intenções de Doktor que, ao contrário do que se imagina, chegou a possuir cinco escravos (afinal, quem você pensa que construiu os ranchos para receber os primeiros colonos?).

Nosso fundador, como todo latifundiário tupiniquim, aprendeu logo as regras de seu novo país. Depois de levar sua colônia particular à falência, foi pedir arrego nas barbas do imperador. Pedro II, é claro, ajudou! Comprou a massa falida e colocou-a nas mãos de Doktor Blumenau para que este a administrasse. Em gratidão, nosso Doktor sempre foi o puxa-saco do imperador, e não por acaso até hoje ostentamos, lá na frente da antiga Prefeitura, o vergonhoso monumento aos "Voluntários da Pátria" – inocentes úteis que foram lutar contra os paraguaios numa guerra que não era nossa.

Mas o pior de tudo era o autoritarismo e sua mente reacionária. Durante o tempo que esteve à frente da administração da colônia, proibiu o estabelecimento da imprensa. Nenhum jornal podia ser impresso em Blumenau sob a desculpa que o livre debate de ideias poderia estimular desentendimentos entre a população. Este autoritarismo manifestou-se também em sua relação com Fritz Müller. Doktor fez de tudo para que este genial ateu materialista fosse embora daqui, convencendo-o a lecionar na distante Desterro – hoje Florianópolis. Temia que Fritz tornasse ateus aos colonos locais.

Depressivo, talvez. Autoritário, certamente. Se hoje vivo, que papos não teria com o deputado Marco Feliciano?

Suinocaminhada

Depois da "cãominhada", a população de Blumenau poderia fazer uma "suinocaminhada". O trajeto poderia ser da Praça Victor Konder até a grande creche da General Osório. Na coleira (com focinheira, claro) estariam JPK e Brollo, abrindo o cortejo, seguidos pelo FF do "Blumenau é Dez!", o parceiro do Batman e demais desbocados.

Poderíamos, inclusive, construir alguns carros alegóricos para o evento. O abre-alas, por exemplo, poderia ostentar um enorme par de óculos. Na sequência alguns caminhões da Foz e, fechando o desfile, o carro intitulado "estação elevatória de esgoto", que poderia apresentar um enorme chafariz de bosta.

Como trilha sonora o samba enredo intitulado "Fodeu", composto por "Pequeno Kleinubing e seus porcos amestrados".

Carta aberta ao senhor vereador corrupto que compra votos com óculos

Senhor vereador corrupto que compra votos com óculos e demagogicamente sobe à tribuna da Câmara para defender outro colega corrupto – colega este cujo prefeito há muito já deveria ter afastado para que se pudesse cumprir sindicância a respeito dos seus atos. O senhor chama a atenção de nós, cidadãos que nos manifestamos nas redes sociais e nos veículos de imprensa para criticá-los e exigir que pessoas como o senhor sejam expurgadas (da mesma forma como expurgamos nosso lixo mais imundo), a fim de que nos silenciemos sob a desculpa de que pessoas como o senhor também têm família, também têm filhos.

Senhor vereador corrupto que compra votos com óculos, tenho pena dos teus filhos. Carregarão por todo o sempre a vergonha dos atos do pai. Por sorte, talvez, o senhor venha a ser esquecido, assim como os demais colegas corruptos que acreditam que nós, povo, tenhamos que nos "foder", e assim vossos filhos encontrarão um pouco de paz. Entretanto, senhor vereador corrupto que compra votos com óculos, gostaria apenas de lembrá-lo do óbvio. Bastava o senhor ter tido atitudes honestas. Bastava o senhor não ter cometido as atitudes que o Ministério Público indica (e as escutas telefônicas comprovam), que seus filhos e toda sua família não estariam agora se envergonhando de serem seus filhos e sua família.

Senhor vereador corrupto que compra votos com óculos, melhor mesmo seria o senhor, e estes colegas que agora o senhor defende na tribuna, tal qual o fazem os membros da máfia siciliana, renunciarem a vossos cargos públicos e migrarem para a pequena Nauru, onde poderão envelhecer esquecidos por nós.

Reprodução/Internet

Perguntinha bobinha

De que adianta a programação da TV local ser digital se o envolvimento com a comunidade ainda é movido à manivela?

Escolinha do Governador Raimundo

A escolinha do Governador Raimundo tem trocentos e tantos alunos. A escolinha do Governador Raimundo, entretanto, não tem graça nenhuma.

Solução concreta

Em Blumenau, alguém disse que o rio era um problema. Então chamaram os japoneses, que resolveram concretar o rio.

Logo alguém irá dizer que a chuva que brota do céu é o verdadeiro problema, e por isso chamarão os chineses, que também saberão concretar o céu.

Cocoricó

Depois de muitos e incansáveis debates envolvendo o poder público e a sociedade, Napoleão bate o martelo a respeito do destino do Restaurante Frohsinn: mandará derrubar aquela gigantesca cachopa de cupins instalada sobre o morro do aipim, e para lá transferirá a galinha da Kasulke. Se o Rio tem seu Cristo abençoando a cidade, Blumenau terá sua galinha abrindo suas asas sobre nós. Já que gostamos tanto de cacarejar por questões fundamentais (como uma galinha enfiada às margens de uma rodovia e um restaurante empoleirado sobre um morro batizado de aipim), nada mais justo que nossa ave símbolo impere sobre nossas cabeças e projete sobre o coração de Blumenau a sombra das suas penas.

Reforma do plano pedagógico do curso de Direito

Grupo de trabalho busca fortalecer a reflexão crítico-filosófica no ensino do Direito e sua aplicação dentro da realidade social. A grade atual já não atende às diretrizes nacionais.

Por **Kátia Ragnini Scherer**, *coordenadora do curso de Direito da FURB e do grupo de trabalho de reforma do projeto político-pedagógico* <katia@furb.br>

e **Thiago Rafael Burckhart**, *estudante de Direito da FURB e representante discente no grupo de trabalho de reforma do projeto político-pedagógico do curso de Direito* <thiago--rafa@hotmail.com>

Com a crescente onda de abertura e massificação do ensino superior ocorrida no Brasil, substancialmente após o ano de 2000, diversos juristas e sociólogos alertam para um fenômeno cada vez mais corriqueiro nos cursos de Direito do Brasil, a denominada "crise do ensino jurídico". A crítica destes pensadores vai de encontro à formação extremamente voltada ao tecnicismo formal, que dificulta o desenvolvimento de um pensamento crítico-filosófico sobre a realidade social e a aplicação do Direito em sociedade.

Diante disso, formam-se cada vez mais profissionais na área jurídica que não compreendem o processo de formação do Direito, de sua manifestação nos diversos grupos sociais e de seu caráter transformador perante a sociedade. Fazendo com que o Direito se resuma à simples letra da lei, sem nenhum tipo de pensamento crítico do processo histórico-político-social pela qual caracteriza o Direito anteposto.

Assim, cria-se uma grande divisão entre o Direito e sociedade, como se fossem coisas diferentes, como se o Direito fosse algo que não é fruto de lutas sociais e dos anseios e reivindicações de determinado grupo social, caindo no paradigma técnico-irracional e não do questionamento. Diante deste contexto, deve-se repensar o ensino jurídico de modo que o pensamento crítico e realidade social se coadunem para a formação do profissional da área jurídica.

O curso de Direito da FURB

O bacharelado em Direito é um dos cursos mais procurados nos vestibulares do Brasil atualmente, sendo, portanto, uma das graduações que mais formam profissionais que atuam no mercado de trabalho. O curso de Direito da FURB conta no atual semestre letivo com aproximadamente 1.400 acadêmicos, distribuídos nos turnos matutino e noturno, além de, aproximadamente, 80 professores. A graduação leva cinco anos, divididos em dez fases.

Entretanto, o curso de Direito da FURB teve sua última grade curricular estruturada no ano de 2003 com implementação em 2004, sendo que hoje esta grade já encontra-se em desacordo com as diretrizes nacionais em seus diversos aspectos, prejudicando a formação do profissional da área jurídica de Blumenau e região. Nesse sentido, diversos problemas pela qual o curso de Direito enfrenta hoje almejam-se ser discutidos e superados por um novo plano pedagógico do curso.

A discussão permeia a ampliação da carga horária do curso de Direito, que atualmente encontra-se com uma defasagem de aproximadamente 272 horas e deverão ser agregadas nos eixos de formação fundamental, profissional e prática. Outro problema frequentemente levantado pelos acadêmicos é a arquitetura curricular com grande acúmulo de disciplinas nos últimos semestres do curso, quando o estudante tem a responsabilidade de, além de estudar para estas disciplinas, se preparar para a prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), para a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e participar de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs), além das disciplinas práticas no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e da Prática Forense, que ocorrem fora do horário de aula.

Por sua vez, o modo de avaliação dos TCCs e a melhor distribuição das disciplinas propedêuticas pelo curso também serão alvo de discussão pelo grupo de trabalho. Destarte, as discussões levar-se-ão em conta as dinâmicas transformações sociais que ocorreram e ocorrem, visando à construção de um plano pedagógico de curso que permita a interação entre ensino, pesquisa e extensão, e permanente monitoramento, para que sempre atenda às demandas científicas e sociais.

A busca por um referencial norteador do plano pedagógico também é uma discussão do grupo, que visa encontrar um modo de estruturar a grade pautada em um alicerce sólido.

Atualmente, o bacharelado em Direito é um dos cursos mais procurados nos vestibulares do Brasil, sendo, portanto, uma das graduações que mais formam profissionais para o mercado de trabalho. O curso de Direito da FURB conta no atual semestre letivo com aproximadamente 1.400 acadêmicos, distribuídos nos turnos matutino e noturno, além de, aproximadamente, 80 professores. A mais recente reestruturação da grade curricular aconteceu em 2003 e as mudanças foram implementadas no ano seguinte.

Participação da comunidade

Com a proposta democrática de ouvir a comunidade externa sobre a reestruturação da grade curricular do curso de Direito, no dia 13 de março deste ano, foi realizado um evento na FURB que contou com a participação de professores, alunos e profissionais da área jurídica (juízes e advogados) que discutiram a reforma da grade, onde cada um pôde expressar sua visão sobre quais as defasagens do ensino jurídico para o mundo do trabalho, o que significa ter formação jurídica no século XXI e o que se espera do ensino jurídico na formação profissional da área.

A discussão dos grupos chegou a um consenso de que precisamos de profissionais críticos, que entendam as constantes mudanças sociais do mundo ao seu redor, diga-se o fenômeno jurídico como um todo, e que favoreça a resolução alternativa dos conflitos, de modo que atue como mediador e conciliador dentre os litígios.

Neste sentido, o grupo de trabalho responsável por discutir as reformas do plano pedagógico é formado pela coordenação de curso, representantes do colegiado de curso e representação discente, por meio do Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua – DACLOBE. Os membros pretendem discutir as necessidades que as comunidades interna e externa almejam para que sejam incorporadas à proposta político-pedagógica do curso e que surtam efeitos diretos na formação crítica do profissional de Direito que a FURB venha a formar.

Divulgação/DACLOBE

Professores, alunos e profissionais da área jurídica (juízes e advogados) discutiram a reforma da grade durante seminário realizado em março. Após a discussão, os participantes chegaram a um consenso de que precisamos de profissionais críticos, que entendam as constantes mudanças sociais do mundo ao seu redor, favorecendo a resolução alternativa dos conflitos.